



Orientação para Qualificação do Cadastro de Legislação/documentação complementar para SISBI

A integração ao SISBI-POA requer que os entes federativos sigam a legislação federal ou dispor de regulamentos equivalentes para inspeção de produtos de origem animal, conforme parágrafo único do Art. 133 do Decreto nº 5.741/2006. Esse ato normativo, bem como os demais atos expedidos pelo Serviço/Órgão devem ser inseridos no e-SISBI na aba “*Complementares*” na seção Legislação/Documentação complementar. Caso o serviço de inspeção opte por seguir a regulamentação federal, é imprescindível que haja respaldo legal para tal decisão, mas não há necessidade de incluir atos federais no cadastro do e-SISBI.

Para integrar-se ao SISBI-POA ou manter sua conformidade, o serviço de inspeção deve, também:

- Manter seu cadastro atualizado no e-SISBI, preenchendo corretamente todos os campos exigidos, incluindo a listagem de estabelecimentos e produtos sob sua inspeção;
- Atender às pendências indicadas no sistema, especialmente nas abas Escopo e Complementares;
- Manifestar formalmente seu interesse na adesão ao SISBI, pleiteando a conversão do Cadastro Geral para o Cadastro SISBI-POA; e
- Apresentar os documentos obrigatórios, como Programa de Trabalho, legislações aplicáveis, outros documentos e dados que comprovem a capacidade técnica e estrutural para realizar inspeção e fiscalização de acordo com os padrões do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA.

Atenção!

Consórcios Públicos Municipais

Para os Consórcios Públicos de Municípios, é necessário que as legislações sejam harmonizadas, garantindo uma execução uniforme de forma equivalente da inspeção nos municípios consorciados. Conforme determina o Art. 9º, inciso II da Portaria 672/2024, todos os atos publicados pelos Municípios consorciados precisam ser inseridos no e-SISBI.

Essa harmonização de legislação pode ocorrer de duas formas:

1. Cada município pode publicar atos equivalentes, desde que o consórcio assegure a execução de forma uniforme e compatível.
2. O próprio consórcio pode publicar atos normativos que regulamentem e harmonizem os procedimentos de inspeção e fiscalização entre os municípios participantes.

O programa de trabalho e a autoavaliação de equivalência devem ser estruturados com base nas informações cadastradas no e-SISBI, assim, uma atenção especial deve ser dada à organização do cadastro dos atos normativos na aba Complementares, na seção Legislação/Documentação complementar, para evidenciar a conformidade com a Portaria nº 672/2024.

Item	Conteúdo do item a ser cadastrado no e-Sisbi
1. Lei de Serviço de Inspeção	Cadastrar a lei que institui o Serviço de Inspeção, garantindo que ela contemple os seguintes pontos: <ul style="list-style-type: none">• Previsão de aplicação de sanções e penalidades;• A obrigatoriedade da inspeção e fiscalização em caráter permanente nos estabelecimentos de abate e de pescado, no caso de abate de anfíbios e répteis; e periódica nos demais estabelecimentos;• A regulamentação dos itens exigidos pelo artigo 9º da Lei nº 1.283/50.
Instrução Normativa; Portaria; Instrução de Serviço; Resolução; Norma Interna; Decreto	Cadastrar os atos com regulamentação da lei e normas complementares com: <ul style="list-style-type: none">• A obrigatoriedade da inspeção e fiscalização em caráter permanente nos estabelecimentos de abate e de pescado, no caso de abate de anfíbios e répteis; e periódica nos demais estabelecimentos, podendo estar contemplada na Lei;• procedimentos de inspeção ante e post mortem; de inspeção e fiscalização de produtos de origem animal (POA);• requisitos para funcionamento dos estabelecimentos, quanto à higiene bem como suas obrigações. Caso siga a legislação federal, não necessita cadastrá-las no e-SISBI. Caso o serviço de inspeção siga exclusivamente a legislação federal, não há necessidade de cadastrá-las no e-SISBI. Referência: <u>DECRETO Nº 9.013, DE 29 DE MARÇO DE 2017</u> As referências sobre os procedimentos federais para: inspeção e fiscalização em abatedouros de Aves ; Bovino ; Suíno ; unidades de beneficiamento de Pescado ; produtos cárneos ; Leite e derivados ; ovos e derivados ; e Mel e produtos de abelhas . Obs.: As demais normativas/atos com procedimentos mais específicos devem ser cadastradas conforme os temas nas opções correspondentes conforme orientações a seguir deste documento.
2. Programa de Trabalho	Cadastrar o Programa de Trabalho do Serviço de inspeção elaborado conforme modelo disponibilizado pelo Mapa, Modelo Plano de Trabalho , não devendo ser acrescentados ou suprimidos itens. Bem como, não deve ser anexada a legislação, pois esta

Item	Conteúdo do item a ser cadastrado no e-Sisbi
	deve estar cadastrada no e-SISBI na opção correspondente. No programa de Trabalho, as referências às legislações aplicáveis devem ser citadas nos itens apropriados, seguindo as orientações de preenchimento do Guia de Elaboração.
3. Regimento Interno e Estatuto	<p>Cadastrar ato/legislação que define a estrutura do órgão executor/coordenador do serviço de inspeção (Estadual, Municipal ou Consórcio público municipal executor/coordenado do SIM), como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O regimento, estatuto ou legislação que defina a estrutura da organização institucional/administrativa do ente ao qual o Serviço de inspeção está vinculado; ou • O ato que definiu a estrutura organizacional responsável pela coordenação/execução do Serviço de inspeção e fiscalização de produtos de origem animal. <p>Além disso, o Organograma cadastrado, na aba “Identificação” do cadastro do Serviço de Inspeção no e-SISBI, deve refletir claramente essa estrutura organizacional.</p> <p>Obs.: O organograma não precisa ser anexado ao Programa de trabalho.</p>
4. Nomeação do Coordenador	<p>Cadastrar ato de designação do responsável pela coordenação dos trabalhos da equipe de inspeção. Essa pessoa deve estar cadastrada na Aba <i>Responsável</i>, sendo também a responsável pela assinatura do Programa de trabalho e pela realização da Autoavaliação de Equivalência.</p> <p>Conforme o Art. 137 do Decreto 5.741/2006, os entes devem designar servidores públicos para compor as equipes e exercer as funções de autoridades responsáveis pelas inspeções e fiscalizações.</p> <p>O termo <i>servidor público</i> refere-se àqueles que ocupam cargo ou emprego público, provido por meio de aprovação em concurso público, ou que foram nomeados para cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, conforme consta no inciso II do Art. 37 da Constituição Federal.</p>
5. Designação de Equipe	<p>Cadastrar designação dos agentes públicos responsáveis pela execução da inspeção e fiscalização, identificando os servidores concursados e garantindo que sua atuação seja compatível com o escopo do SISBI.</p> <p>Deve-se verificar se o quantitativo de pessoal é adequado às atividades desenvolvidas e ao programa de trabalho. O serviço/Órgão deve certificar-se que o número de Médicos Veterinários e auxiliares lotados na inspeção é compatível com a necessidade operacional para atendimento a demanda existente.</p> <p>Para consórcios públicos de Municípios que atuam na coordenação do serviço de inspeção: Deve-se considerar o número de profissionais designados pelo consórcio para cada município, além da equipe do próprio município.</p> <p>Para consórcios públicos de Municípios que executam o serviço de inspeção: Deve-se informar a equipe de profissionais lotada no consórcio.</p> <p>A adequação do quantitativo de pessoal deve ser avaliada relacionado com o número de Médicos Veterinários e auxiliares de inspeção e com a quantidade e tipos de estabelecimentos registrados no serviço, bem como com os critérios estabelecidos para a inspeção de cada categoria de estabelecimento.</p>
6. Laboratório Oficial	Cadastrar a manifestação sobre a disponibilidade de laboratórios oficiais ou credenciados; ou apresentar documento comprobatório de vínculo com laboratório para realização das análises oficiais do Serviço de Inspeção. É fundamental que o

Item	Conteúdo do item a ser cadastrado no e-Sisbi
	<p>escopo de análises realizadas pelo laboratório seja detalhado e anexado junto ao documento de vínculo ou incluído no Programa de trabalho.</p> <p>As referências sobre as análises laboratoriais podem ser consultadas em: ∞ Análises laboratoriais - Anuários e Programas; Tabelas de Parâmetros Físico-Químicos e e Microbiológicos para Produtos de Origem Animal Comestíveis, mas sempre deve se conferir nos regulamentos técnicos de identidade e qualidade.;-As metodologias oficiais estão disponíveis nos manuais “Métodos Oficiais para Análise de Produtos de Origem Animal- Métodos Microbiológicos” e “Métodos Químicos”.</p>
7. Processo Administrativo	<p>Cadastrar procedimento de organização interna dos processos administrativos gerais (emissão/recebimento de documentos, arquivo, rastreabilidade). Deverá ser incluído o manual ou documento instrutivo que trata desse assunto. Não necessariamente precisa ser sistema eletrônico, contudo, deve haver procedimentos operacionais padrão definidos.</p> <p>Referência: PORTARIA MAPA Nº 456, DE 21 DE JULHO DE 2022.</p>
8. Processo de Fiscalização (ações fiscais e cautelares)	<p>Cadastrar o procedimento para condução do processo de fiscalização referentes a apuração de infrações e modelo de controle do histórico de infração.</p> <p>Casos os modelos não estejam publicados anexos ao ato/legislação, deve ser indicado no Programa de trabalho:</p> <ul style="list-style-type: none"> o local de acesso a estes, podendo ser endereços de acessos públicos no site eletrônico do serviço de inspeção; Caso seja sistema informatizado, pode ser apresentar os modelos ou telas nos anexos do Programa de Trabalho ou indicado no link do manual no qual os modelos podem ser acessados. <p>Referência: Autuação POA: Manual de procedimentos de autuação e relatoria para o serviço de inspeção de produtos de origem animal.</p>
9. Registro de Estabelecimento	<p>Cadastrar o ato/legislação com os procedimentos descritos para registro de estabelecimentos industriais que processam produtos de origem animal, incluindo os procedimentos e modelos de formulários para registro, reforma e ampliação, cancelamento e transferência de titularidade do estabelecimento.</p> <p>Casos os modelos não estejam publicados anexos ao ato/legislação, deve ser indicado no Programa de trabalho:</p> <ul style="list-style-type: none"> o local de acesso a estes, podendo ser endereços de acessos públicos no site eletrônico do serviço de inspeção; Caso seja sistema informatizado, pode ser apresentar os modelos ou telas nos anexos do Programa de Trabalho ou indicado no link do manual no qual os modelos podem ser acessados. <p>Mais informações acesse: Cadastrar os estabelecimentos e produtos interessados no Sisbi-Poa.</p> <p>As referências sobre os procedimentos federais para registro de estabelecimentos e produtos estão disponíveis em:</p> <ul style="list-style-type: none"> Portaria SDA/MAPA nº 393, de 2021 Registro de Estabelecimento - SIF ou ER.
10. Registro de Produto	<p>Deve estar cadastrado ato/legislação com requisitos para registro de produtos, incluindo a identificação, a composição, processo de fabricação e o rótulo, bem como definindo os procedimentos e instituindo os modelos de formulários para registro ou atualização/alteração.</p> <p>Casos os modelos não estejam publicados anexos ao ato/legislação, deve ser indicado no Programa de trabalho:</p> <ul style="list-style-type: none"> o local de acesso a estes, podendo ser endereços de acessos públicos no site eletrônico do serviço de inspeção; Caso seja sistema informatizado, pode ser apresentar os modelos ou telas nos anexos do Programa de Trabalho ou indicado no link do manual no qual os modelos podem ser acessados. <p>No caso de isenção de registro, esta deve estar prevista na legislação do serviço de inspeção, mas limitada aos produtos definidos na legislação federal.</p> <p>No entanto, o cadastro no e-SISBI é obrigatório, conforme previsto no artigo 49 da Lei nº 14.515/2022. Além disso deve atender integralmente a Lei nº 1.283/50, ou seja, não há isenção de fiscalização e registro do estabelecimento no Serviço de Inspeção.</p>

Item	Conteúdo do item a ser cadastrado no e-Sisbi
	<p>Mas informações acesse: Cadastrar os estabelecimentos e produtos interessados no Sisbi-Poa.</p> <p>As referências sobre os procedimentos federais estão disponíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PORTARIA SDA Nº 558, DE 30 DE MARÇO DE 2022. • Registro de Produtos - Rotulagem — Ministério da Agricultura e Pecuária
11. Mapas Estatísticos	<p>Cadastrar procedimentos e modelos de formulários para a apresentação dos dados de recebimento de matérias primas, produção e comercialização, condenações, dados nosográficos (classificação e descrição dos achados da inspeção no abate) e quantitativo de abate por espécie.</p> <p>As referências da Inspeção federal estão disponíveis em ∞PGASIGSIF - Manual de mapas estatísticos do SIF</p>
12. Implantação de Programa de Autocontrole	<p>Cadastrar o ato com a exigência de implantação dos programas de autocontroles nos estabelecimentos.</p> <p>As referências da Inspeção federal estão disponíveis em:</p> <ul style="list-style-type: none"> • LEI Nº 14.515, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022; • Manuais de procedimentos de inspeção e fiscalização de produtos de origem animal,
13. Verificação de Programas de Autocontrole (fiscalização)	<p>Cadastrar a norma legal ou infralegal (POP, manual, instruções) sobre os procedimentos de fiscalização e modelos de relatórios de fiscalização para verificação oficial dos Programas de Autocontrole pelo Serviço de Inspeção.</p> <p>As referências da Inspeção federal estão disponíveis em:</p> <ul style="list-style-type: none"> • LEI Nº 14.515, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022; • Manuais de procedimentos de inspeção e fiscalização de produtos de origem animal,
14. Frequência de Fiscalização	<p>Cadastrar <u>norma legal ou infralegal (POP, manual, instruções)</u> com a definição de frequência das inspeções e fiscalizações de acordo com o risco estimado.</p> <p>As referências da Inspeção federal estão disponíveis no Manual de procedimentos de autuação e relatoria para o serviço de inspeção de produtos de origem animal.</p>
15. Coleta de Amostra	<p>Cadastrar procedimentos, modelos de formulários de coleta de amostras e modelos de gestão dos resultados de análises.</p> <p>As referências da Inspeção federal estão disponíveis em:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Manual de coleta de amostras de produtos de origem animal • Análises realizadas pelo MAPA • Regulamentos Técnicos de Identidade e Qualidade de Produtos de Origem Animal • Análise de água de abastecimento: Ofício-Circular nº 15/2022/CGI/DIPOA/SDA/MAPA • PNCRC: Manual Instrutivo do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes
16. Combate à Fraude	<p>Cadastrar o programa de prevenção e combate à fraude.</p> <p>As referências da Inspeção federal estão disponíveis em:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análises Laboratoriais e Anuários dos Programas Oficiais • Manual de Identificação de espécies de pescado Anexo do Manual de inspeção de Pescado • Instrução Normativa nº 53/ 2020 - E principais espécies de peixes de interesse comercial • Manual de reinspeção de produtos de origem animal
17. Combate à Clandestinidade	<p>Cadastrar o programa de combate às atividades clandestinas.</p>

Item	Conteúdo do item a ser cadastrado no e-Sisbi
18. Auditoria e Supervisão	<p>Cadastrar procedimentos e modelos de documentos utilizados para auditoria ou supervisão para avaliação do serviço de inspeção. As referências da Inspeção federal estão disponíveis em:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Manual de auditoria em estabelecimentos sob inspeção permanente (Supervisão). • Manual de orientações técnicas da atividade de auditoria de serviço nacionais nas unidades descentralizadas do DIPOA (Supervisão): • Instrução Normativa MAPA nº 102/2020. • Instrução Normativa SDA/MAPA nº 139/2022
19. Educação Sanitária	<p>Cadastrar programa de Educação Sanitária. Referências: art. 39, 40 e 41 do Decreto nº 5.741/2006; Instrução Normativa MAPA nº 28/2008</p>
20. Programa de Capacitação	<p>Cadastrar programa de capacitação da equipe. Referências: Instrução Normativa 201/2019 ,da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoa.</p>
21. Mitigação de Conflito de Interesses	<p>Cadastrar ato com as estratégias para mitigação de conflitos de interesses. Referências: Portaria nº 672/2024 Informação nº 22/DSN/SDA/MAPA - CONFLITOS DE INTERESSE NO SISBI</p>
22. Regra de Habilitação e Desabilitação no SISBI	<p>Cadastrar procedimentos para habilitação ou desabilitação dos estabelecimentos e produtos ao SISBI. Referências: Portaria nº 672/2024</p>

IMPORTANTE!

Finalizada a inserção de todos os itens da legislação/documentação complementar, o cadastro no e-SISBI está qualificado para que os responsáveis pelo Serviço de Inspeção realizem as autoavaliações de equivalência, a qual deve ser atualizada sempre que necessário.

Referências: [Manuais e tutoriais do e-SISBI](#)

Para solicitar a integração ao Sisbi-Poa, deve haver estabelecimentos com cadastro e produtos ativos no segmento do escopo de interesse na integração.

